

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Sócios:

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

A ADMINISTRAÇÃO
Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2010	2009
ATIVO		
CIRCULANTE	10.679	22.743
DISPONIBILIDADES (nota 3)	411	304
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4)	9.716	21.762
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.716	21.762
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - Livres (Nota 5)		420
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	552	256
OUTROS VALORES E BENS - Despesas antecipadas		1
NÃO CIRCULANTE	35.992	31.252
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	583	475
INVESTIMENTOS	35.409	30.777
Participação em controladas e coligadas (Nota 7)	35.409	30.777
TOTAL DO ATIVO	46.671	53.995

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2010	2009
CIRCULANTE	1.018	427
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 8)	1.018	427
Fiscais e previdenciárias	384	107
Negociação e intermediação de valores	251	
Diversas	383	320
NÃO CIRCULANTE	296	238
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 8)	296	238
Fiscais e previdenciárias	296	238
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 12)	45.357	53.330
Capital social - de domiciliados no país	2.000	2.000
Reserva de capital	14	14
Reservas de lucros	43.343	51.316
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.671	53.995

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Segundo Semestre 2010	2010	Exercícios 2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	979	2.000	1.528
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	979	2.000	1.528
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	979	2.000	1.528
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	5.663	15.631	17.335
Receitas de prestação de serviços (Nota 10)	1.223	2.400	1.296
Despesas de pessoal	(990)	(1.898)	(1.560)
Outras despesas administrativas (Nota 11)	(374)	(804)	(546)
Despesas tributárias	(171)	(351)	(300)
Outras receitas operacionais	166	411	1.734
Outras despesas operacionais	(1.818)	(1.819)	(20)
Resultado de participação em controladas (Nota 7)	7.627	17.692	16.731
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.642	17.631	18.863
Imposto de renda (Nota 12)	(144)	(363)	(499)
Contribuição social (Nota 12)	(102)	(241)	(322)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	6.396	17.027	18.042
LUCRO LÍQUIDO POR QUOTA DO CAPITAL SOCIAL - R\$	3,20	8,51	9,02

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Reservas de Capital-Incentivos fiscais		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social		Legal	Estatutária		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.000	14	400	33.074		35.488
Lucro líquido do exercício					18.042	18.042
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas				18.042	(18.042)	
Participação dos administradores no lucro				(200)	(200)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.000	14	400	50.916		53.330
Lucro líquido do exercício					17.027	17.027
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas				17.027	(17.027)	
Dividendos pagos				(25.000)	(25.000)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.000	14	400	42.943		45.357
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2010	2.000	14	400	50.916		63.961
Lucro líquido do semestre					6.396	6.396
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas				17.027	(17.027)	
Dividendos pagos				(25.000)	(25.000)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.000	14	400	42.943		45.357

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Segundo Semestre 2010	2010	Exercícios 2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.642	17.631	18.863
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(5.838)	(15.903)	(16.731)
Resultado de participação em controlada	(7.627)	(17.692)	(16.731)
Ganhos / perdas de capital líquidas	1.789	1.789	
Lucro Líquido Ajustado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	804	1.728	2.132
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários		420	(45)
Redução (aumento) de outros créditos	(195)	(404)	(484)
Redução (aumento) de outros valores e bens	1	1	
Aumento (redução) de outras obrigações	337	649	(789)
Imposto de renda e contribuição social	(246)	(604)	(821)
Participação dos administradores no lucro			(200)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) em Atividades Operacionais	701	1.790	(207)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de investimento	159	159	6
Dividendos recebidos	10.132	11.112	7.825
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) em Atividades de Investimento	10.291	11.271	7.831
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(25.000)	(25.000)	
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) em Atividades de Financiamento	(25.000)	(25.000)	
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(14.008)	(11.939)	7.624
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do semestre/exercícios	24.135	22.066	14.442
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do semestre/exercícios	10.127	10.127	22.066
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(14.008)	(11.939)	7.624

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Contexto operacional
A Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição") ou ("DTVM") atua no mercado financeiro na intermediação e colocação de títulos e valores mobiliários, integradamente com seu controlador, Banco Bonsucesso S.A., além de promover a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais, de acordo com a legislação vigente. A Instituição mantém, também, participações acionárias em outras empresas, conforme descrito na nota explicativa 7.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis
2.1 Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável, conforme descrito na nota 2(h) abaixo. Assim, as informações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 foram elaboradas de acordo com instruções específicas do BACEN e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e das práticas contábeis da Lei 6.404/76 e alterações introduzidas pela lei nº 11.638/07.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas
(a) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pelas parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pela DTVM para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

Descrição	2010	2009
Disponibilidades	411	304
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.716	21.762
Total	10.127	22.066

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata", ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários
De acordo com a Circular BACEN 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, são reconhecidos no resultado do exercício.
(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do exercício e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a Valor de Mercado – Títulos disponíveis para venda", líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(e) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo
São apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base "pro rata".

(f) Investimentos
Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, sendo os demais demonstrados ao custo.

(g) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata".

(h) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos diferidos atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 15%.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/2005 e a Resolução 3.823/2009, do CMN, que aprovou a adoção do pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela conformidade da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor;
- Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

3 Disponibilidades
Referem-se, substancialmente, a depósitos à vista realizados no sócio controlador.

	2010	2009
Depósitos interfinanceiros		
CDI Bonsucesso	9.716	21.762
Total - Circulante	9.716	21.762

5 Títulos e valores mobiliários
Em 31 de dezembro de 2010 a Instituição não possuía títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2009 a Instituição possuía R\$ 420 em Letras do Tesouro Nacional classificadas como "títulos para negociação". Estas letras foram marcadas a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA.

	2010	2009
6 Outros Créditos		
Rendas a receber	17	20
Adiantamentos Salariais	11	2
Devedores por compra de valores e bens (i)	346	316
Devedores por depósitos em garantia (ii)	237	159
Impostos e contribuições a compensar	157	137
Negociação e intermediação de valores	254	
Valores a receber de sociedades ligadas	81	81
Diversos	32	16
Total	1.135	731
Circulante	552	256
Não circulante	583	475

(i) "Devedores por compra de valores e bens" refere-se aos valores a receber por vendas de títulos patrimoniais.

(ii) "Devedores por depósito em garantia" refere-se a depósitos judiciais relacionados a contingências de natureza tributária (Nota explicativa 8(b)).

7 Investimentos
(a) Participações em controladas (Ramo não financeiro)

	2010					
	Bonsucesso Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Bonsucesso Informática Ltda.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	Bonsucesso Administração Crédito e Risco Ltda.	Total
Quantidade de quotas ou ações possuídas	35.000	10.886.730	987.500	194.400	490.000	
% de participação	7,00	52,06	98,75	97,20	98,00	
Patrimônio líquido	13.348	36.793	10.482	3.367	1.731	
Lucro líquido no exercício	22.802	7.523	8.059	3.131	1.159	
Valor do investimento	934	19.154	10.351	3.273	1.697	35.409
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	1.595	3.929	7.970	3.060	1.138	17.692

	2009					
	Bonsucesso Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Bonsucesso Informática Ltda.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	Bonsucesso Administração Crédito e Risco Ltda.	Total
Quantidade de quotas ou ações possuídas	35.000	10.927.730	990.000	196.000	495.000	
% de participação	7,00	52,22	99,00	98,00	99,00	
Patrimônio líquido	20.546	34.270	7.423	2.286	1.872	
Lucro líquido no exercício	18.506	14.006	5.272	1.102	1.886	
Valor do investimento	1.439	17.896	7.349	2.240	1.853	30.777
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	1.293	7.314	5.220	1.833	1.071	16.731

Em agosto de 2010, a Instituição alienou parte de suas quotas no capital social de algumas controladas, reduzindo a participação conforme abaixo:

	De	Para
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	52,22	52,06
Bonsucesso Informática Ltda.	99,00	98,75
Bonsucesso Controladoria Ltda.	98,00	97,20
Bonsucesso Administração Crédito e Risco Ltda.	99,00	98,00

As demonstrações financeiras das controladas, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram revisadas por nossos auditores independentes, na extensão julgada necessária, em conjunto com os trabalhos de auditoria da Instituição.

(b) Movimentação dos investimentos

	Bonsucesso Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Bonsucesso Informática Ltda.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	Bonsucesso Administração Crédito e Risco Ltda.
--	---	--	------------------------------	--------------------------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

12 Conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado

	Segundo Semestre		Exercícios	
	2010	2010	2010	2009
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.642	6.642	17.631	17.631
Adições (exclusões) líquidas:				
• Equivalência patrimonial	(7.627)	(7.627)	(17.692)	(17.692)
• Ganhos / perdas de capital líquidas	1.788	1.788	1.788	1.788
• Outras, líquidas	(121)	(121)	(121)	(121)
Base de cálculo	682	682	1.606	1.606
Alíquota Efetiva	102	102	241	241
Alíquota Adicional	56	56	136	190
Incentivo Fiscal	(14)	(14)	(14)	(13)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	144	102	363	322

A Instituição não possui créditos fiscais de adições temporárias, bem como de prejuízo fiscal ou base negativa de contribuição social sobre o lucro.

13 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas, no entendimento da Administração, a valores e condições compatíveis com os praticados no mercado nas datas das operações, considerando os riscos envolvidos. Em 31 de dezembro, os principais saldos decorrentes dessas transações estão demonstrados da seguinte forma:

	Banco Bonsucesso S.A.	Bonsucesso Informática Ltda.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	2010 Total
Em 31/12/2010				
Ativos (Passivos)				
Disponibilidades	264			264
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.716			9.716
Outros créditos - Diversos	81			81

Receitas (Despesas)

	Banco Bonsucesso S.A.	Bonsucesso Informática Ltda.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	2010 Total
Resultado de aplicações Interfinanceiras de liquidez e de operações com títulos e valores mobiliários	1.999			1.999
Receitas de prestação de serviços	972			972
Despesas Administrativas		(26)	(290)	(316)

	Banco Bonsucesso S.A.	Bonsucesso Informática Ltda.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	2009 Total
Em 31/12/2009				
Ativos (Passivos)				
Disponibilidades	287			287
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.762			21.762
Outros créditos - Diversos	81			81

Receitas (Despesas)

	Banco Bonsucesso S.A.	Bonsucesso Informática Ltda.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	2009 Total
Resultado de aplicações Interfinanceiras de liquidez e de operações com títulos e valores mobiliários	1.462			1.462
Receitas de prestação de serviços	662			662
Despesas Administrativas		(26)	(290)	(316)

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	2010	2009
Honorário	321	319
Encargos sociais	89	81
Total	410	400

A Bonsucesso DTVM não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego ou de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares.

14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Instituição encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas comparadas com as vigentes no mercado. A Instituição possui operações envolvendo instrumentos financeiros exclusivamente em conexão com suas atividades e com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Instituição não contratou operações com derivativos financeiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 ou qualquer outro ativo de risco.

15 Gerenciamento de risco

A gestão de riscos financeiros do Conglomerado Bonsucesso reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A área de gestão de riscos financeiros está subordinada a um Diretor Estatutário e é centralizada no seu Controlador, Banco Bonsucesso S.A.

DIRETORIA

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Diretor

Gabriel Pentagna Guimarães
Diretor

Jorge Luiz Valente Lipiani
Diretor

Francisco Ferreira Neto
Diretor

Juliana Pentagna Guimarães Passos
Diretora

CONTROLADORIA

Ives Alexandre Nunes
Contador - CRC-MG 65.493/O-7

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas
Bonsucesso DTVM Ltda.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Bonsucesso DTVM Ltda. ("DTVM") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da DTVM é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da DTVM para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da DTVM. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonsucesso DTVM Ltda. ("DTVM") em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

14 de fevereiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Carlos Augusto da Silva

Contador CRC 1SP 197007/O-2 "S" MG

